



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025

CONTRATANTE (930228): Câmara Municipal de Mandirituba

OBJETO: Registro de preços de eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (Garrafas Térmicas; Utensílios de Cozinha Diversos; Coador de Café Reaproveitável e Produtos Alimentícios)

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.339,03

DATA DA SESSÃO: Dia 23 de julho de 2025 às 10:00 horas.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA: Aberto

EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025

Torna-se público que a Câmara Municipal de Mandirituba, sediada na Travessa Padre Francisco Bierman, 10, Centro, Município de Mandirituba/PR, CEP 83.800-072 por meio da Divisão de Licitação, Compras, Almoxarifado, Patrimônio e Manutenção, realizará licitação para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Resolução 01/2024 da Câmara Municipal de Mandirituba e demais legislações aplicáveis e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços de eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (Garrafas Térmicas; Utensílios de Cozinha Diversos; Coador de Café Reaproveitável e Produtos Alimentícios), conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem:

GRUPO 1 – GARRAFAS TÉRMICAS						
Item	CATMAT	Descrição do Objeto	Qtde.	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário Máximo	Preço Total Máximo
1	384413	Garrafa Térmica Material: Aço Inoxidável Capacidade: 1 L Características Adicionais: Tampa Tipo Pressão, Ampola Inquebrável	1	Unidade	R\$ 84,74	R\$ 84,74

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a432310e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>



2	468441	Garrafa Térmica Material: Aço Inoxidável Capacidade: 2,5 L Características Adicionais: Tampa Tipo Pressão, Ampola Inquebrável	2	Unidade	R\$ 139,45	R\$ 278,90
3	374465	Garrafa Térmica Material: Aço Inoxidável Capacidade: 3 L Características Adicionais: Alça, Sistema Pressão (Serve-Jato) e Corta Cotas	1	Unidade	R\$ 228,37	R\$ 228,37
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 1: R\$ 592,01						

GRUPO 2 – UTENSÍLIOS DE COZINHA DIVERSOS						
Item	CATMAT	Descrição do Objeto	Qtde.	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário Máximo	Preço Total Máximo
4	459290	Caneco de Metal Material: Alumínio Capacidade: 1,8 L Material Cabo: Baquelite Características Adicionais: Sem Tampa Aplicação: Uso em Cozinha	1	Unidade	R\$ 34,53	R\$ 34,53
5	465652	Chaleira Material: Alumínio Capacidade: 2 L Material Cabo: Baquelite Características	1	Unidade	R\$ 66,78	R\$ 66,78



		Adicionais: Com Tampa				
6	219491	Faqueliro Material Talheres: Aço Inoxidável Material Cabo: Plástico Quantidade Facas: 24 UN Quantidade Garfos: 24 UN Quantidade Colheres: 24 UN Quantidade Colheres Chá: 24 UN	1	Unidade	R\$ 231,20	R\$ 231,20
7	405456	Jarra Material: Propileno Capacidade: 5 L Modelo: Cilíndrico Cor: Incolor Características Adicionais: Com Tampa e Alça	1	Unidade	R\$ 51,73	R\$ 51,73
8	222372	Prato Material: Vidro Aplicação: Refeição Tamanho: Não Aplicável Características Adicionais: Fundo	10	Unidade	R\$ 5,43	R\$ 54,30
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 2: R\$ 438,54						

GRUPO 3 – COADOR DE CAFÉ REAPROVEITÁVEL E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS						
Item	CATMAT	Descrição do Objeto	Qtde.	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário Máximo	Preço Total Máximo
9	446004	Leite Fluido Origem: de Vaca, Tipo: B, Teor Gordura: Integral,	200	Caixa 1 Litro	R\$ 5,34	R\$ 1.068,00

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>



		Processamento: Pasteurizado, Tratamento: Homogeneizado				
10	438696	Biscoito Sabor: Leite Com Gotas de Chocolate Tipo: Amanteigado Características Adicionais: Sem Recheio	20	Pacote 360 g	R\$ 9,55	R\$ 191,00
11	304382	Coador Café Material: Poliéster Tamanho: Nº 103 Características Adicionais: Reaproveitável	4	Unidade	R\$ 12,37	R\$ 49,48
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 3: R\$ 1.308,48						

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, bem como eventuais adesões são as que constam na minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e





seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação será exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei nº 123/2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a432310e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>



julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme artigo 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

3.6.9. Sociedades Cooperativas, uma vez que a sua participação iria de encontro ao princípio da eficiência administrativa, tendo em vista que qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados, dificultando ou até impossibilitando a célere execução do objeto pretendido;

3.6.10. Empresas reunidas em consórcio, uma vez que a licitação em questão possui um objeto simples e muito comum, bem como um orçamento relativamente baixo, por este motivo houve a supressão desta possibilidade. Ressalta-se que as doutrinas e jurisprudências pátrias são unânimes em reconhecer que a permissão/autorização de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Acórdão 1636/2007 – TCU - Plenário, Acórdão 566/2006 – TCU – Plenário.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora,





controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A vedação de que trata o item 3.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição;

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a432310e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º, da Lei nº 14.133/2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a432310e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





4.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o percentual final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Especificação em conformidade com o Termo de Referência;
- b) Unidade de fornecimento e quantidade de unidades;
- c) Valor unitário e totais dos itens. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (real), com até duas casas decimais (0,00).

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





5.1.1. O licitante se obriga a registrar e fornecer o quantitativo total por cada item previsto no Edital, ou seja, o fornecedor não poderá registrar/fornecer quantitativo inferior àquele previsto no Edital.

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,02 (dois centavos).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o MODO DE DISPUTA ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no edital.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a432310e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.17.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.17.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a432310e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





6.17.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.17.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **04 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.17.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo ou, de ofício, pelo pregoeiro.

6.18. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. O pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício de tratamento favorecido às ME/EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.2. Habilitação Jurídica:

8.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2. **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>



condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.4. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.

8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

8.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.



8.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.4. Habilitação econômico-financeira:

8.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante – emitida há, no máximo, 90 (noventa) dias da data da sessão pública do Pregão, se outro prazo não constar do documento. A presente certidão deverá ser apresentada pela MATRIZ do participante.

8.4.2. As pessoas jurídicas sediadas nos Municípios que compõem os Foros Regionais de Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais e Quatro Barras da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, incluindo as sediadas no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, bem como aquelas sediadas nos municípios que compõem as Comarcas de Antonina, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Guaratuba, Lapa, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Rio Branco do Sul e Rio Negro, nos termos do art. 132 da Resolução n.º 093/2013 e suas alterações posteriores, deverão apresentar Certidão negativa de falência expedida pelo 01º Distribuidor do Foro Central da Comarca da Região





Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná (art. 233, inciso I da Lei Estadual n.º 14.277/2003).

8.4.3. As pessoas jurídicas sediadas nos Municípios que compõem a Comarca de Cascavel e as Comarcas de Alto Piquiri, Altônia, Ampére, Assis Chateaubriand, Barracão, Campina da Lagoa, Cantagalo, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Chopinzinho, Corbélia, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Goioerê, Guaíra, Guaraniaçu, Icaraíma, Iporã, Laranjeiras do Sul, Mamborê, Mangueirinha, Marechal Cândido Rondon, Marmeleiro, Matelândia, Medianeira, Nova Aurora, Palotina, Pato Branco, Pérola, Quedas do Iguaçu, Realeza, Salto do Lontra, Santa Helena, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Uiratã e Xambrê, nos termos do art. 91-A da Resolução n.º 093/2013 e suas alterações posteriores, deverão apresentar Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor competente pelos feitos ajuizados na 4ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná.

8.4.4. As pessoas jurídicas sediadas nos Municípios que compõem os Foros Regionais de Cambé, Rolândia e Ibiporã da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Paraná, incluindo as sediadas no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Paraná, bem como aquelas sediadas nos municípios que compõem as Comarcas de Andirá, Apucarana, Arapongas, Arapoti, Assaí, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Cambará, Carlópolis, Centenário do Sul, Congonhinhas, Cornélio Procopio, Curiúva, Ibaiti, Jacarezinho, Jaguapitã, Joaquim Távora, Nova Fátima, Porecatu, Primeiro de Maio, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina, São Jerônimo da Serra, Sertanópolis, Siqueira Campos, Tomazina, Uraí e Wenceslau Braz, nos termos do art. 215-B da Resolução n.º 093/2013 e suas alterações posteriores, deverão apresentar Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor competente pelos feitos ajuizados na 11ª Vara Cível e

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a432310e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





Empresarial Regional do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Estado do Paraná.

8.4.5. As pessoas jurídicas sediadas nos Municípios que compõem os Foros Regionais de Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Nova Esperança, Paíçandu e Sarandi da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Paraná, incluindo as sediadas no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Paraná, bem como aquelas sediadas nos municípios que compõem as Comarcas de Alto Paraná, Astorga, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Cianorte, Cidade Gaúcha, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Engenheiro Beltrão, Faxinal, Grandes Rios, Iretama, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Loanda, Marilândia do Sul, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranavaí, Peabiru, Santa Fé, Santa Isabel do Ivaí, São João do Ivaí, Terra Boa, Terra Rica e Umuarama, nos termos do art. 224-A da Resolução n.º 093/2013 e suas alterações posteriores, deverão apresentar Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor competente pelos feitos ajuizados na 3ª Vara Cível e Empresarial Regional do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná.

8.4.6. As pessoas jurídicas sediadas nos Municípios que compõem a Comarca de Ponta Grossa e as Comarcas de Cândido de Abreu, Castro, Clevelândia, Guarapuava, Imbituva, Ipiranga, Irati, Jaguaíva, Mallet, Manoel Ribas, Ortigueira, Palmas, Palmeira, Palmital, Pinhão, Piraí do Sul, Pitanga, Prudentópolis, Rebouças, Reserva, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Sengés, Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Tibagi e União da Vitória, nos termos do art. 266-A da Resolução n.º 093/2013 e suas alterações posteriores, deverão apresentar Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor competente pelos feitos ajuizados na 1ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





8.5. Outras observações acerca da fase de habilitação:

8.5.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.5.1.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.5.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.2.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.5.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5.3.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **03 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.5.4. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.5.4.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a432310e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





8.5.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (artigo 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5.7. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.5.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

8.5.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.5.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.5.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada,

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.5.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.5.3.1.

8.5.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.5.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante melhor classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

9.9. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

9.10. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos artigos 128 e 129 da Resolução 01/2024 da Câmara Municipal de Mandirituba.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a432310e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será concedido na sessão pública e não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a432310e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:

<https://www.cmmandirituba.pr.gov.br/imprensa/licitacoes/PREGAO-ELETRONICO/1/2024>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





12.1.2.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no artigo 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Câmara Municipal de Mandirituba.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a42310e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





(quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: licitacao@cmmandirituba.pr.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a432310e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cmmandirituba.pr.gov.br/imprensa/licitacoes/PREGAO-ELETRONICO/1/2024>.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a432310e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III – Modelo de Declarações Unificadas

ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

Mandirituba, 9 de julho de 2025.

WEDERSON NEVES DUARTE

Pregoeiro

BRENDA CAROLINA LECHETA

Presidente

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





Termo de Referência 14/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2025	930228-CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA - PR	PEDRO HENRIQUE BUHRER	08/07/2025 10:58 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		085/2025

1. Definição do objeto

1. Definição do Objeto

1.1. Aquisição de materiais de copa e cozinha (Garrafas Térmicas; Utensílios de Cozinha Diversos; Coador de Café Reaproveitável e Produtos Alimentícios) , conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

GRUPO 1 – GARRAFAS TÉRMICAS						
Item	CATMAT	Descrição do Objeto	Qtde.	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário Máximo	Preço Total Máximo
1	384413	Garrafa Térmica Material: Aço Inoxidável Capacidade: 1 L Características Adicionais: Tampa Tipo Pressão, Ampola Inquebrável	1	Unidade	R\$ 84,74	R\$ 84,74
		Garrafa Térmica				

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
 Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ao/c43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>

2	468441	Material: Aço Inoxidável Capacidade: 2,5 L Características Adicionais: Tampa Tipo Pressão, Ampola Inquebrável	2	Unidade	R\$ 139,45	R\$ 278,90
3	374465	Garrafa Térmica Material: Aço Inoxidável Capacidade: 3 L Características Adicionais: Alça, Sistema Pressão (Serve-Jato) e Corta Cotas	1	Unidade	R\$ 228,37	R\$ 228,37

GRUPO 2 – UTENSÍLIOS DE COZINHA DIVERSOS

Item	CATMAT	Descrição do Objeto	Qtde.	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário Máximo	Preço Total Máximo
4	459290	Caneco de Metal Material: Alumínio Capacidade: 1,8 L Material Cabo: Baquelite Características Adicionais: Sem Tampa Aplicação: Uso em Cozinha	1	Unidade	R\$ 34,53	R\$ 34,53





Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
 Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>

5	465652	Chaleira Material: Alumínio Capacidade: 2 L Material Cabo: Baquelite Características Adicionais: Com Tampa	1	Unidade	R\$ 66,78	R\$ 66,78
6	219491	Faqueiro Material Talheres: Aço Inoxidável Material Cabo: Plástico Quantidade Facas: 24 UN Quantidade Garfos: 24 UN Quantidade Colheres: 24 UN Quantidade Colheres Chá: 24 UN	1	Unidade	R\$ 231,20	R\$ 231,20
7	405456	Jarra Material: Propileno Capacidade: 5 L Modelo: Cilíndrico Cor: Incolor Características Adicionais: Com Tampa e Alça	1	Unidade	R\$ 51,73	R\$ 51,73
		Prato Material: Vidro				





8	222372	Aplicação: Refeição Tamanho: Não Aplicável Características Adicionais: Fundo	10	Unidade	R\$ 5,43	R\$ 54,30
---	--------	--	----	---------	----------	-----------

GRUPO 3 – COADOR DE CAFÉ REAPROVEITÁVEL E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS						
Item	CATMAT	Descrição do Objeto	Qtde.	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário Máximo	Preço Total Máximo
9	446004	Leite Fluido Origem: de Vaca, Tipo: B, Teor Gordura: Integral, Processamento: Pasteurizado, Tratamento: Homogeneizado	200	Caixa 1 Litro	R\$ 5,34	R\$ 1.068,00
10	438696	Biscoito Sabor: Leite Com Gotas de Chocolate Tipo: Amanteigado Características Adicionais: Sem Recheio	20	Pacote 360 g	R\$ 9,55	R\$ 191,00
11	304382	Coador Café Material: Poliéster Tamanho: Nº 103	4	Unidade	R\$ 12,37	R\$ 49,48

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





		Características Adicionais: Reaproveitável				
--	--	--	--	--	--	--

1.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar do primeiro dia útil após a divulgação no PNCP.

1.3. A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) Publicação do PCA: Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição 3220 – 20 de fevereiro de 2025.

II) Publicado no Portal Nacional De Contratações Públicas no dia 03 de março de 2025. ID: 76416940000128-0-00007/2024

III) Identificação do objeto no PCA: 1 - MATERIAIS DE COPA E COZINHA.

IV) Material de Consumo – 3.3.90.30.00 (Despesa 394)

3. Descrição da solução

3.1. A solução para a presente demanda consiste na aquisição de materiais de copa e cozinha (Garrafas Térmicas; Utensílios de Cozinha Diversos; Coador de Café Reaproveitável e Produtos Alimentícios), com o objetivo de atender às necessidades diárias da Câmara Municipal de Mandirituba, garantindo o suporte adequado às atividades internas e ao funcionamento dos setores administrativos e institucionais. A aquisição é necessária para promover condições básicas de trabalho e acolhimento em reuniões, eventos e atendimentos, conforme os princípios da eficiência e da dignidade no serviço público.

3.1.1. O presente processo licitatório, tem como escopo a reposição dos itens de copa e cozinha que restaram desertos ou fracassados no Pregão Eletrônico nº 03/2025, cuja ausência de propostas ou bem acima do estimado pela administração inviabilizou o atendimento integral da demanda institucional. Dessa forma, a nova licitação busca assegurar o suprimento regular desses materiais essenciais, viabilizando o atendimento contínuo das necessidades da Câmara Municipal.

3.2. Os materiais deverão atender às especificações estabelecidas no Termo de Referência, apresentando qualidade compatível com o uso institucional. Todos os itens deverão ser novos, de primeiro uso, com boa durabilidade e adequação à finalidade a que se destinam. Os produtos deverão ser entregues de forma organizada, com prazos definidos e dentro dos padrões mínimos exigidos de qualidade e segurança.

3.3. A empresa fornecedora será selecionada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. O processo será conduzido de maneira célere para garantir a reposição e o suprimento contínuo dos materiais, evitando prejuízos às atividades administrativas da Câmara.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





3.4. Justificativa da especificação de marcas e modelos (quando aplicável):

3.4.1. Ressalta-se que todas as especificações obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade e isonomia, assegurando ampla competitividade no certame, nos termos do artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

4. Requisitos da contratação

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo a entrega dos materiais ser realizada diretamente pela empresa contratada.

4.1.2. Não haverá exigência de garantia contratual, conforme previsto nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Requisitos de fornecimento:

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues conforme solicitação da Câmara, podendo a entrega ocorrer em dias úteis, em horário comercial, conforme cronograma acordado.

4.2.2. Os produtos devem estar devidamente embalados, identificados e com prazo de validade vigente no momento da entrega.

4.2.3. Não serão aceitos produtos com embalagens danificadas, vencidas ou com aparência que comprometa sua integridade e uso seguro.

4.2.4. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da Solicitação de Fornecimento.

4.2.5. O transporte e o descarregamento dos produtos serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sem qualquer custo adicional à Administração.

5. Modelo de execução do objeto

5. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1. A entrega dos materiais será realizada conforme a necessidade da Câmara Municipal de Mandirituba, no endereço informado no pedido.

5.2. Os materiais deverão atender integralmente às especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada pelo contratado.

5.3. Produtos entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos às expensas do contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após notificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115).

6.2. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que a formalidade se fizer necessária, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

6.3. A Administração poderá convocar representante da contratada sempre que forem necessárias providências imediatas.

6.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais designados, ou seus substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

6.5. O fiscal do contrato verificará o cumprimento de todas as condições contratuais, assegurando os melhores resultados para a Administração, nos termos da Resolução nº 01/2024.

6.6. O gestor do contrato manterá atualizado o processo de fiscalização, registrando ordens de fornecimento, ocorrências, alterações e prorrogações, elaborando relatórios que indiquem eventuais adequações necessárias, nos termos da Resolução nº 01/2024.

6.7. A contratada será responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não se eximindo dessa responsabilidade a fiscalização exercida pela contratante (art. 120).

6.8. São de responsabilidade exclusiva da contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato (art. 121).

6.9. A inadimplência da contratada quanto a tais encargos não transfere à Administração qualquer responsabilidade nem pode onerar o objeto contratado (art. 121, § 1º).

6.10. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelo fiscal do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega, para posterior verificação de conformidade com as especificações deste Termo de Referência e da proposta.

6.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos às expensas da contratada no prazo máximo previsto na cláusula de substituição (item 5.3), sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.12. Os bens serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, após verificação da qualidade e quantidade, mediante termo de recebimento definitivo.

6.13. Se a verificação referida no item 6.12 não ocorrer dentro do prazo fixado, considerar-se-á realizada, consumando-se o recebimento definitivo no último dia desse prazo.

6.14. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Os prazos para a liquidação da despesa e pagamento são de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço global por grupo de itens.

8.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.4. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.5. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.8. Habilitação Jurídica:

8.8.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.2. **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.8.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.

8.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a4231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





8.9.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

8.9.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

8.9.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.9.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.9.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.10. Habilitação econômico-financeira:

8.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante; emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da sessão pública do Pregão.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.339,03

9.1. O custo da contratação está estimado em R\$ 2.339,03 (dois mil trezentos e trinta e nove reais e três centavos), conforme apurado em pesquisa de preços.

9.2. A pesquisa de preços realizada por meio do portal Compras.gov foi considerada na composição do valor estimado. No entanto, alguns itens apresentaram cotações muito acima ou muito abaixo da média de mercado.

9.3. Para garantir maior precisão na estimativa, foi realizada uma pesquisa complementar em sites especializados, de modo a assegurar a coerência dos valores com os praticados no mercado.

9.4. No caso específico do item 10 – Biscoito Gotas de Chocolate, as cotações disponibilizadas no Compras.gov foram consideravelmente inferiores aos valores praticados no mercado, motivo pelo qual foram desconsideradas na composição do valor estimado. Assim, para esse item, foram utilizados exclusivamente preços obtidos em sites especializados, a fim de garantir maior realismo e adequação da estimativa.

10. Adequação orçamentária

10.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 01 – PODER LEGISLATIVO

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





Unidade Administrativa: 001 – CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento Despesa: Material de Consumo – 3.3.90.30.00 (Despesa 394)

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO HENRIQUE BUHRER

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 08/07/2025 às 10:58:02.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2025

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por grupo

OBJETO: Registro de Preços de Eventual Aquisição de Materiais de Copa e Cozinha (Garrafas Térmicas; Utensílios de Cozinha Diversos; Coador de Café Reaproveitável e Produtos Alimentícios)

Pessoa jurídica:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Dados para Pagamento:

Banco:

Agência:

Conta:

Nome do Representante Legal:

RG:

CPF:

Cargo:

GRUPO X –					
Item	Descrição do Objeto	Qtde.	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário Máximo (R\$)	Preço Total Máximo (R\$)

Validade da proposta: () dias contados a partir da data da apresentação da proposta (mínimo 60 dias).

Declaramos que o preço compreende todos os custos necessários à prestação dos serviços ou fornecimento de bens objeto deste contrato, inclusive os referentes a seguro, despesas trabalhistas e previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, fretes e quaisquer outras despesas necessárias a sua correta execução de modo que nenhuma outra remuneração seja devida além do preço proposto.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





Local, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Representante Legal

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES UNIFICADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2025

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por grupo

OBJETO: Registro de preços de eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (Garrafas Térmicas; Utensílios de Cozinha Diversos; Coador de Café Reaproveitável e Produtos Alimentícios)

A empresa inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal,, portador da, inscrito no CPF nº, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, **DECLARA:**

- Que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006. Declara que no ano-calendário de realização deste processo, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021;
- Que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- Que em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal combinado ao inciso VI do artigo 68 da Lei 14.133/2021, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, quando necessário;

- Que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- Que compromete-se a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;
- Que compromete-se a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços;
- Que tem conhecimento e submete-se ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;
- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Que não foi declarada inidônea por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas;
- Em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato _____, inscrito no CPF sob nº _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, não são servidores do Município de Mandirituba, nem cônjuge ou companheiro(a), parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor(a) público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação;
- Declara para os devidos fins de direito que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr. (a) _____, Portador(a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é _____ (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





do Termo de Contrato/Ata de Registro de Preços, acompanhamento da execução e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações;

- Declara para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Termo de Contrato/Ata de Registro de Preços seja encaminhado para o seguinte endereço:

a. E-mail:

b. Telefone: ()

- Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Mandirituba, de de 2025.

(Nome/Cargo/Assinatura do Responsável Legal)

(Nome da Empresa)

(CNPJ)

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025

Aos XX dias do mês de XXX de 2025, a CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Travessa Padre Francisco Bierman, nº 10, Centro, CEP 83.800-072, inscrito no CNPJ sob o nº 00.942.395/0001-41, neste ato representado por sua Presidente BRENDA CAROLINA LECHETA, matrícula funcional nº 340, considerando o resultado final do **Pregão Eletrônico nº 04/2025**, devidamente homologado e publicado no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme consta no bojo do presente procedimento, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no **Processo Administrativo nº 085/2025**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Resolução 01/2024 da Câmara Municipal de Mandirituba, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços de eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (Garrafas Térmicas; Utensílios de Cozinha Diversos; Coador de Café Reaproveitável e Produtos Alimentícios), especificado no Termo de Referência do processo em epígrafe e anexos, os quais são partes integrantes desta Ata.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item por fornecedor e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

FORNECEDOR:, inscrito no CNPJ nº,
com sede na, nº, Bairro – Município-
UF, CEP, telefone (XX), e-mail:,
neste ato representado por seu representante legal Sr.,
brasileiro, inscrito no CPF nº

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





GRUPO X –						
Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

2.1.1. O valor total registrado na presente Ata de Registro de Preços é de R\$ (.....).

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, consta como anexo a esta Ata.

2.3. Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, todos os arquivos do Processo Administrativo nº 085/2025, os quais poderão ser acessados na íntegra através do Portal de Transparência da Câmara Municipal de Mandirituba.

2.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a Câmara Municipal de Mandirituba.

3.2. Esta Ata de Registro de Preços não possui entidades participantes.

3.3. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período.

4.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.1.2. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio desta Ata de Registro de Preços com a emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Observa-se as seguintes condições para formalização desta ata de registro de preços:

4.3.1. O licitante se obriga a registrar e fornecer o quantitativo total por cada item previsto no Edital, ou seja, o fornecedor não poderá registrar/fornecer quantitativo inferior àquele previsto no Edital;

4.3.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.3.2.1. Aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.3.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.3.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.4. O registro a que se refere o item 4.3.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8. Após a homologação da licitação, o licitante melhor classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021.

4.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

4.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos, e observado o disposto no item 4.6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.3.2.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

4.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do “*caput*” do artigo 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem aderido à ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.6.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no subitem 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, por quaisquer das situações abaixo, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 128, § 2º, da Resolução 01/2024 da Câmara Municipal de Mandirituba;

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f000f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do artigo 127 e no § 4º do artigo 128, da Resolução 01/2024 da Câmara Municipal de Mandirituba.

8. DAS SANÇÕES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo de licitação.

9.2. Caso verificada qualquer divergência entre o estabelecido nesta Ata de Registro de Preços e as disposições constantes na Resolução 01/2024 da Câmara Municipal de Mandirituba, sempre prevalecerá o constante nesta última.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.





Assinatura
Presidente

Assinatura
Representante Legal do Fornecedor

Assinatura
Gestor

Assinatura
Fiscal

Assinatura
Testemunha

Assinatura
Testemunha Empresa Contratada

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>





RELAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 99844989743c016da4a43231f0e24f00f79a27a8e6fca0cd89e720018822974
<https://valida.ae/ca43788e86e8a4ca0ba077208de3a8b83865e682688528c04>



Página de assinaturas



Brenda Lecheta
083.766.049-10
Signatário



Wederson Duarte
051.921.189-80
Signatário

HISTÓRICO

- | | | |
|-------------------------|---|---|
| 09 jul 2025
09:30:27 |  | Wederson Neves Duarte criou este documento. (Email: licitacao@cmmandirituba.pr.gov.br , CPF: 051.921.189-80) |
| 09 jul 2025
09:30:53 |  | Brenda Carolina Lecheta (Email: breelecheta@gmail.com , CPF: 083.766.049-10) visualizou este documento por meio do IP 177.30.178.214 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil |
| 09 jul 2025
09:30:58 |  | Brenda Carolina Lecheta (Email: breelecheta@gmail.com , CPF: 083.766.049-10) assinou este documento por meio do IP 177.51.205.99 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil |
| 09 jul 2025
09:30:28 |  | Wederson Neves Duarte (Email: licitacao@cmmandirituba.pr.gov.br , CPF: 051.921.189-80) visualizou este documento por meio do IP 179.109.39.172 localizado em Fazenda Rio Grande - Paraná - Brazil |
| 09 jul 2025
09:54:29 |  | Wederson Neves Duarte (Email: licitacao@cmmandirituba.pr.gov.br , CPF: 051.921.189-80) assinou este documento por meio do IP 179.109.39.172 localizado em Fazenda Rio Grande - Paraná - Brazil |

